

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.298 - SC (2020/0072204-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : ALDEMAR DANELLI (PRESO)
ADVOGADO : NOERI BUFON - SC025101
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ALDEMAR DANELLI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, proferido no julgamento do HC n. 5000172-13.2020.8.24.0000.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, em 02/01/2020, por suposta infração ao disposto no art. 129 e 121, § 2º, VI, § c/c o art. 14, II, todos do Código Penal (lesão corporal e feminicídio tentado). Referida custódia foi convertida em preventiva.

A defesa impetrou ordem de *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem nos termos do acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. LESÃO CORPORAL [ART. 129 DO CP] E TENTATIVA DE FEMINICÍDIO [ART. 121, §2º, VI, C/C ART. 14, II, DO CP]. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. FEITO QUE REÚNE BOAS PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA.

NECESSIDADE DA MEDIDA DEMONSTRADA EM FATOS CONCRETOS. RISCO À ORDEM PÚBLICA EXTRAÍDO DO MODUS OPERANDI DA CONDUTA. PERICULOSIDADE ACENTUADA COM AMEAÇAS DE FUTURO MAL INJUSTO E GRAVE. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. PREDICADOS PESSOAIS QUE NÃO OBSTAM À SEGREGAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS QUE NÃO SE MOSTRA SUFICIENTE NO MOMENTO. ORDEM DENEGADA.

Na presente irresignação, sustenta o recorrente não estarem presentes os requisitos para imposição da custódia cautelar, destacando que estaria fundamentada apenas na gravidade abstrata do delito.

Aponta suas condições pessoais favoráveis, mormente a primariedade e os bons antecedentes.

Requer, em liminar e no mérito, o provimento do recurso para que seja

Superior Tribunal de Justiça

revogada a prisão preventiva, a fim de que possa aguardar o julgamento em liberdade, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhe as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator